

## **APONTAMENTOS SOBRE AS ORIGENS HISTÓRICAS DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO, COTIA, CARAPICUÍBA E BARUERI (SINPROSASCO) EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1985)**

**BAUER, Carlos<sup>1\*</sup>; OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira<sup>12\*\*</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Nove de Julho

<sup>2</sup>Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

professorcarlosbauer@gmail.com\*

neybandeira2000@yahoo.com.br\*\*

### **RESUMO**

O artigo preconiza resgatar alguns aspectos da história do Sindicato dos Professores de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri, valendo-se de fontes primárias orais e bibliográficas pertinentes à temática estudada, ao passo que fotografias, atas, panfletos, jornais e demais documentos impressos sindicais são escassos. O referido sindicato nasceu na cidade paulista de Osasco, em 1985, em um período histórico e político de grande importância para a sociedade brasileira, marcado pelo esgotamento da ditadura militar, pelo

processo de transição democrática e pela reforma constitucional. No que diz respeito às questões educacionais, as décadas de 1970 e 1980 trouxeram novas formulações nas políticas públicas e a expansão do ensino privado no Brasil, mas também, no auge do então chamado “novo sindicalismo”, os trabalhadores pertencentes às distintas categorias profissionais foram às ruas reivindicar o restabelecimento das eleições diretas e o fim do bipartidarismo, em suma, a redemocratização do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. História da educação. Política. Sindicalismo docente. Sindicato dos professores de Osasco.

## **NOTES ON THE HISTORICAL ORIGINS OF THE UNION OF TEACHERS OSASCO, COTIA, CARAPICUÍBA AND BARUERI (SINPROSASCO) IN DEMOCRATIC TRANSITION TIMES (1985)**

### **ABSTRACT**

The article calls for rescue some aspects of the history of the Union of Osasco Teachers, Cotia, Carapicuíba and Barueri (Sinprosasco) drawing on oral and bibliographic primary sources relevant to the topic studied whereas, photographs, minutes, pamphlets, newspapers and other documents union printed are scarce. Sinprosasco was born in the city of Osasco, in 1985, in a political and historical period of great importance for the Brazilian society, marked by the exhaustion of the military

dictatorship, the process of democratic transition and the constitutional reform. With regard to educational issues, the 1970s and 1980s brought new formulations in public policy and the expansion of private education in Brazil, but also in height then the so-called “new unionism”, workers belonging to different professional categories, took to the streets demanding the restoration of direct elections and the end of bipartisanship, in short, the democratization of the country.

**KEYWORDS:** Education. History of education. Politics. Teaching unions. Sinprosasco.

## **NOTAS SOBRE LOS ORÍGENES HISTÓRICOS DEL SINDICATO DE DOCENTES DE OSASCO, COTIA, CARAPICUÍBA Y BARUERI (SINPROSASCO) EN TIEMPOS DE TRANSICIÓN DEMOCRÁTICA (1985)**

### **RESUMEN**

El artículo intenta rescatar algunos aspectos de la historia de la Unión de Profesores de Osasco, Cotia, Carapicuíba y Barueri, a partir de fuentes primarias orales y bibliográficas relacionadas al tema estudiado, mientras que fotografías, actas, panfletos, periódicos y otros impresos sindicales son escasos. Esa unión nació en la ciudad de Osasco, en 1985, en un período político e histórico de gran importancia para la sociedad brasileña, marcado por el agotamiento de la dictadura militar, el proceso de transición democrática y la

reforma constitucional. Con respecto a las cuestiones educativas, los años 1970 y 1980 trajeron nuevas formulaciones en las políticas públicas y la expansión de la educación privada en Brasil, pero también, en el apogeo del “nuevo sindicalismo”, los trabajadores pertenecientes a diferentes categorías profesionales salieron a las calles exigiendo la restauración de las elecciones directas y el fin del bipartidismo, en definitiva, la democratización del país.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Historia de la educación. Política. Sindicalismo docente. Sindicato de los profesores de Osasco.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> integra a série de estudos que temos realizado e chamado de história social da educação brasileira; tem como objetivo colaborar com a reconstrução da memória associativista, sindical e política dos movimentos engendrados pelos trabalhadores da educação e, com isso, oferecer elementos para a compreensão crítica do papel desses sujeitos coletivos no âmbito do debate acadêmico e educacional.

Ao construí-lo, tivemos a pretensão de colaborar com a preservação da memória e analisar a atuação de uma das entidades sindicais paulistas no âmbito do ensino privado de trabalhadores em educação – no caso, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (Sinprosasco) e seu papel em um momento histórico considerado como divisor de águas no ordenamento político nacional. Momento no qual se verificou, na esfera política e social, o esgotamento da ditadura militar, o processo de transição democrática e a reforma constitucional, envoltos pela mobilização popular, a assunção das políticas neoliberais, centradas na diminuição da atividade governamental na esfera econômica e social, e a vitória da aliança oposicionista fortemente impulsionada pelo ideário reformista social.

O recorte temporal escolhido foi devido à sua importância no campo educacional e político brasileiro, mas também se justifica pela criação do Sindicato dos Professores na cidade paulista de Osasco em meados da década de 1980. Período esse de combate à ditadura militar e ao autoritarismo e de eclosão dos movimentos sociais em prol de melhores condições de vida, lutando por direitos trabalhistas, econômicos, sociais, políticos e educacionais em praticamente todas as regiões brasileiras.

No Brasil, o movimento docente se expressou com força nos anos da década de 1980, momento em que redefine sua identidade coletiva; podemos observar tais características em suas formas de organização e de luta. Quando discutimos esses conceitos, não podemos fugir de elementos conceituais, como o de sujeito coletivo.

Em sua obra *Quando novos personagens entram em cena*, Eder Sader (1995) trata o sujeito coletivo como forma de organização, no sentido de coletividade na qual uma identidade

---

<sup>1</sup> A pesquisa que tornou possível a realização do artigo foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

se elabora por meio das práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses. “E outro traço comum”, escreve o autor, “vinculado a este, é a conotação com a idéia de autonomia, como elaboração da própria identidade dos projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências” (SADER, 1995, p. 53).

Em certos momentos da história, podemos perceber essas práticas em declínio e, em outros momentos, elas se apresentam na força da construção, encorajando os trabalhadores a constituírem uma identidade coletiva, com formas organizativas, expressando seus interesses e objetivos de luta, mesmo que essas lutas não sejam abraçadas por toda uma categoria, ainda assim não são divergências internas à categoria.

Compreendemos melhor as questões da união quando entendemos o processo de organização laboral de forma qualitativa e que define a sua identidade na união coletiva dos seus interesses históricos e imediatos, redefinindo-os como sujeitos plurais, resultado dos processos interativos e mutáveis, que “[...] não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias” (SADER, 1995, p. 55).

## **2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO DOS TRABALHADORES NO BRASIL**

O sindicalismo dos trabalhadores em educação tem apresentado características políticas e organizativas distintas, não apenas variando os resultados dos estudos realizados, mas também as abordagens conceituais e as referências teóricas e metodológicas que animam os interessados em sua discussão. Desta sorte, temos encontrado desde pesquisas que se preocupam com as questões de gênero, representações sociais, posicionamentos ideológicos, políticos ou, ainda, a presença desses personagens coletivos na defesa dos interesses corporativos dos que vivem do próprio trabalho no mundo da educação.

Em nosso caso, opinamos que é preciso estabelecer um paralelo entre as preocupações com a organização e o associativismo, o sindicalismo e a atuação política dos trabalhadores em educação com o conjunto do movimento dos trabalhadores que atuam organizadamente na contemporaneidade do Brasil. Assim, o recorte temporal que escolhemos se coaduna ao significado e à importância que os movimentos sociais – dos trabalhadores do campo, da cidade e da juventude – passaram a assumir ao longo dos anos da década de 1980, como também foram

fortemente influenciados pela conjuntura das lutas protagonizadas por diferentes setores da sociedade civil em prol da retomada do ordenamento democrático no país. Não é de se estranhar, portanto, o interesse e o aparecimento de estudos e pesquisas acadêmicos que se preocupam em abordar as lutas travadas pelos trabalhadores em sua história.

Muito do que conhecemos sobre a gênese dos movimentos associativistas e sindicais registrados na história social do Brasil está associado às influências das experiências europeias que foram trazidas pelos trabalhadores estrangeiros que para cá afluíram nos fins do século XIX. Esses imigrantes muitas vezes traziam consigo não apenas a qualificação para o trabalho industrial ou mesmo experiências em diferentes ramos manufatureiros, mas também os acompanhavam os ideais políticos e sociais, dentre esses merecem destaque o anarquismo e o anarco-sindicalismo, que tiveram grande importância na infância organizativa dos trabalhadores no Brasil.

A organização associativista, sindical e política dos trabalhadores tomou forte impulso e alcançou proporções mundiais com o advento da Revolução Russa, que influenciou o conjunto dos movimentos operários contra a exploração perpetrada pelo capitalismo em escala internacional. No Brasil, os ventos da Revolução de Outubro influenciaram, em 1922, a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que haveria de marcar de forma significativa a sua presença na história do movimento operário em nosso país.

Para alguns autores, como é o caso de Ricardo Antunes (2007), com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, nos idos da década de 1930, o Brasil experimentou um forte e acelerado surto de urbanização e industrialização. Nesse momento foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, por meio do Decreto n. 19.433, e uma série de medidas legislativas que visavam não apenas o controle de suas finanças. Com o uso de prerrogativas políticas e jurídicas, o governo Vargas ambicionava controlar regamente o comportamento das atividades sindicais e os movimentos reivindicativos da classe trabalhadora, procurando desestruturar ou mesmo inibir quaisquer perspectivas de sua atuação independente e autônoma. Porém, isso não impediu que as lutas operárias se desenvolvessem ao longo dos anos em que Getúlio Vargas se manteve no poder.

Mesmo com esse impedimento de ordem legal, diversas entidades representativas dos trabalhadores da educação que atuam no setor público procuram se organizar em praticamente todas as regiões, criando associações, realizando campanhas salariais, possibilitando encontros e

congressos que trouxeram um sem-número de conquistas econômicas, direitos trabalhistas e outros benefícios para todos aqueles que atuam no âmbito da educação pública no Brasil.

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém os esforços organizativos de professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimo analisados.

Sadi Dal Rosso (2011, p. 27), um importante estudioso deste assunto, diz-nos peremptoriamente que é:

[...] gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade específica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global.

Por sua vez, a tese de Kênia Aparecida Miranda (2011) traz no seu bojo alguns aspectos que dificultam os estudos em sindicalismo e associativismo. A autora constata uma fragmentação desses estudos e as dificuldades do pesquisar em formar um arcabouço teórico sobre essa temática. Também identificamos essa escassez quando analisamos os dados qualitativos nos estudos de Almeida e Ferreira Junior (2015, p. 78), nos quais os autores trazem alguns aspectos que marcaram a abordagem nacional sobre esses estudos, ora com aspectos associativistas, ora sindicalistas, ao qual dizem que:

Uma incursão pela produção acadêmica sobre o movimento dos professores das escolas públicas indica que sua trajetória, até o momento, é marcada por duas faces, a saber, o associativismo e o sindicalismo. A primeira corresponderia ao período que abrange a metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes, mas também o surgimento dos primeiros sindicatos dos professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída na era Vargas (1930-1945). A fase do sindicalismo, por sua vez, refere-se ao momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros, sob a influência do Novo Sindicalismo, que, dentre outros aspectos, representou a consternação da estrutura sindical montada na era Vargas.

### **3 FORMAS ORGANIZATIVAS NO CONTEXTO DO NOVO SINDICALISMO**

Com o objetivo de compreendermos alguns dos acontecimentos que mobilizaram os trabalhadores em educação em suas jornadas políticas, sindicais e organizativas, temos lançado

mão de determinados estudos referenciais sobre essa temática. Esse é caso da obra *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*, na qual os autores nos trazem um rico panorama das urgências de formas de organização associativista e sindical, observando ainda que a “[...] política educacional do regime militar abrange, ao longo de seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 14).

Entre outras coisas, os episódios que são narrados e analisados no livro de Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar também nos motivam a refletir sobre como o sistema educacional foi atingido pelos modelos políticos e econômicos, então estabelecidos pelos governos militares. Mas, do ponto de vista dos nossos interesses acadêmicos, é importante reconhecer que tais mudanças trouxeram consequências que depreciaram o exercício do magistério, empurrando um sem-número de professores, tanto das instituições públicas quanto das privadas, para o caminho da sindicalização, procurando encontrar saídas para “[...] a crise econômica que os estrangulava” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 42).

Em que pese a reconhecer a legitimidade dessas afirmações, também é importante sinalizar que as afirmações são bastante polêmicas, na medida em que vários estudiosos afirmam exatamente o contrário no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas experimentadas nesse período histórico do capitalismo.

Polêmicas à parte, com episódios como a crise do petróleo e a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em meados da década de 1970, bem como com a mudança nos paradigmas energéticos, o avanço na robótica, nos microprocessadores e nos sistemas eletrônicos comunicacionais, assistimos àquilo que se convencionou chamar de superprodução na sociedade capitalista. Esse processo trouxe a perversa mundialização do capital com claras manifestações em sua estrutura produtiva, no saturamento dos mercados e, por conseguinte, na divisão social e internacional do trabalho. Esse processo, dito de reestruturação produtiva, também foi acompanhado de enormes transformações nas atividades que eram próprias do capital financeiro e improdutivo dos países centrais e periféricos do capitalismo.

No Brasil, essas transformações afetaram direta e drasticamente as formas de organização e ações da classe trabalhadora, como foi o caso das inúmeras lutas de resistência contra a maximização dos lucros, ampliação das taxas de mais-valia, com a consequente redução dos direitos sociais e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Não bastasse isso,

o chamado ideário liberal também colocou na ordem do dia uma prática política e econômica privatizante, que obrigou os setores organizados dos movimentos sociais e populares a se levantarem contra essas iniciativas, exigindo-lhes grande esforço mobilizatório no afã de detê-las.

Encontramos manifestações sindicais docentes tanto vinculadas às redes públicas de ensino como também vinculadas às instituições privadas, inclusive inserindo-se algumas de suas organizações no que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, porém com características diferenciadas do sindicalismo operário, presentes em nossa história desde os primórdios do século XX.

O sindicalismo praticado pelos professores, embora guarde algumas similitudes com aqueles que são próprios do movimento operário, obviamente tem suas características próprias. No que se refere às formas de se mobilizar e de reivindicar, também são distintas suas ações e o relacionamento com o Estado; existem tensões e conflitos envolvendo os mantenedores das escolas privadas e os sindicatos que os representam, mas eles são velados.

*Então, veja, não era diferente do que a gente está vivenciando atualmente. Vamos estabelecer a repressão que existia nas escolas; não era uma repressão tão marcada como sendo uma repressão política, partidária, não é isso. Digamos assim, era um controle, você tem um emprego, bom então é nas condições que eu dou, são essas as condições que eu estou dando, não é o piso, não é o salário mínimo, não é o registro, não são os direitos, porque é isso, ou é isso ou você não será empregado. E isso não é uma questão menor, como não é hoje ainda, não é uma questão menor para o aspecto organizacional [...]. (FAVARÃO, 2016, entrevista).*

Retomando nossas discussões, é importante observar que já faz algum tempo que a forma de organização associativa e sindical do professorado tem contribuído com a ampliação e o fortalecimento do movimento sindical brasileiro, todavia é importante reconhecer que “[...] o novo sindicalismo brasileiro, na verdade, nasceu das entranhas do sindicalismo corporativo. Isso explica, sem dúvida, o alto grau de continuidade dessa estrutura, apesar do ímpeto reformador das novas lideranças” (CARDOSO, 2002, p. 26).

Todas essas discussões que dizem respeito ao chamado novo sindicalismo estão integradas ao período que estabelecemos para estudar o Sinproasco e seus desdobramentos no cotidiano dessa organização. O novo sindicalismo, como sabemos, utilizou-se da tática de enveredar pelas entranhas das organizações sindicais corporativas e tradicionais e, a partir daí, construir uma nova estrutura, a qual fosse gradativamente se desentrelaçando das amarras

estatais, capaz de romper com os limites geográficos, determinação do estabelecimento de hierarquias e quadros divergentes, bem como que se pautasse pela liberdade e autonomia sindical. No que se refere ao Sinproscasco, esses objetivos não seriam tão facilmente alcançados.

*Nós tentamos fugir um pouco disso, nós criamos um colegiado, mas veja: alguém tem que assinar o cheque, alguém tem que responder a um processo, alguém tem. Então, nós tínhamos um comportamento colegiado, mas a estrutura era a estrutura que nos permitia ser reconhecidos. Então, presidente, tesoureiro, tem o secretário, primeiro tesoureiro, primeiro secretário. Nós fazíamos a comissão de comunicação, grupo de comunicação, grupo jurídico, o grupo de finanças, como é que a gente vai trabalhar as questões das finanças; a questão que nós discutíamos; o não recebimento do imposto sindical na época, chegávamos a devolver para o associado, contribuição confederativa está certo, porque, cutista que éramos, defendíamos escapar da estrutura, como uma reforma política, certo, você pode ser o melhor partido do mundo, você pode ser a melhor pessoa do mundo, tem uma estrutura, tem um sistema e, para sua sobrevivência, você passa a sobreviver daquele sistema, mantendo a sua identidade. (FAVARÃO, 2016, entrevista).*

Em meados da década de 1980, quando o Sinproscasco estava sendo fundado, o Brasil passava por um processo de significativas mudanças, políticas, econômicas e sociais. No que diz respeito aos movimentos sociais, urbanos e rurais, como também àqueles relacionados aos trabalhadores dos chamados setores médios, como é o caso dos médicos, jornalistas, professores, bancários, funcionários públicos e outras categorias profissionais, também se verificou uma formidável efervescência mobilizatória, criando, com isso, condições objetivas para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que haveria de aglutinar e orientar politicamente as ações dos adeptos do novo sindicalismo:

*[...] nascido no interior da estrutura sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era, por exemplo) e o movimento das oposições sindicais (de quem foram exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP – e oposição Metalúrgica de Campinas) que atuavam fora da estrutura oficial sindical. (ANTUNES, 2007, p. 293).*

As formas organizativas alcançadas pelo sindicalismo brasileiro nesse período também repercutiram intensamente no cenário político do país, no qual se notabilizou o Partido dos Trabalhadores (PT), o que sinalizava certo fortalecimento da classe trabalhadora e de suas instituições sindicais e política. Nesse período, inclusive, registraram-se muitas greves como formas de se difundir amplamente as reivindicações e os interesses das categorias mobilizadas. De fato, “[...] durante cada greve cresce e desenvolve nos operários a consciência de que o



governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para a luta contra ele pelos direitos do povo” (ANTUNES, 1980, p. 40).

A ideia de um Estado de bem-estar social no Brasil é polêmica ou mesmo questionável. Porém, a partir da década de 1970, foi se registrando um significativo aumento dos serviços públicos, mormente voltados para a educação. Esse tipo de política trouxe a necessidade de ampliar as vagas de trabalho no âmbito do funcionalismo público, com a contratação de professores, gerentes administrativos, gestores, dentre outros, que haveriam de fortalecer as associações representativas dessas categorias.

Os artífices da abertura política, posta em marcha a partir dos fins da década de 1970, não foram capazes de incluir na mesma as organizações sindicais, fazendo com que o regime militar reprimisse violentamente suas ações e todas e quaisquer formas de manifestar os seus interesses. Ocorre que, mesmo diante de toda a sorte de arbítrio e autoritarismo perpetrados pelo regime, os trabalhadores se organizaram e lutaram contra as condições desumanas reinantes nos locais de trabalho, como também trouxeram para o centro do debate político as questões que eram próprias da cidadania que se almejava constituir no Brasil.

Para isso, “[...] em 1983, em meio a uma recessão sem igual na história brasileira, o sindicalismo nacional realizou a primeira greve geral desde 1963, conseguindo parar todos os grandes centros urbanos, inclusive São Paulo” (CARDOSO, 2002, p. 28-29). A ocorrência de greves entre os professores que atuam no ensino privado é pouco usual, isso decorre não dos excelentes salários e condições de trabalho oferecidos, mas da maneira coercitiva e repressiva adotada pelos mantenedores. Por conta disso, o registro dessas ocorrências paredistas nos parece ser um elemento basilar das nossas discussões sobre os períodos que devemos estudar da história das associações e sindicatos de professores que atuam no ensino privado.

A realização de greves pelos trabalhadores da educação tem motivações e significados políticos e sociais que guardam suas particularidades, traduzem interesses muito específicos e corporativos, mas, muitas vezes, extrapolam essas reivindicações e alcançam questões mais gerais e políticas da vida social.

Nas palavras de Ricardo Antunes (1980, p. 40), “Marx, Engels e Lênin sempre enfatizaram a importância da luta econômica como ponto de partida para despertá-lo da consciência da classe operária e a necessidade de transformá-la em uma luta política”.

Pelos menos desde a década de 1970, em comparação com outras categorias, as greves perpetradas pelos professores que atuam nas instituições públicas têm sido rotineiras, muito longas e mesmo marcadas pela violência estatal e repressão policial contra os grevistas. Alguns fatores contribuem para tal tipo de ocorrência, entre os quais podemos destacar o grande número de afiliados conscientes e politicamente engajados às associações e sindicatos que representam esses professores. Dessa forma, as greves dos professores públicos têm sido desde então constantes, abrangentes, manifestando ainda uma significativa adesão. Para alguns autores:

O comportamento social que caracteriza os movimentos grevistas da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, no final da década de 1970, era do tipo que já engendrava uma *'consciência da solidariedade de interesses gestada entre todos os membros do grupo social'*, e que questionava, ainda que do ponto de vista econômico, as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro. (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 72, grifos dos autores).

Uma das peculiaridades das ações realizadas pelas entidades sindicais que representam os professores que atuam nas escolas públicas diz respeito às realizações de expressivos movimentos grevistas e manifestações públicas e combativas dos seus interesses corporativos ou políticos. Essas ações grevistas procuram traduzir não apenas a capacidade organizativa dos movimentos dos professores na afirmação dos seus direitos econômicos e sociais, mas também demarcam claramente sua presença no mundo do trabalho, igualando-os pela condição de assalariados ao conjunto da classe trabalhadora. Além do que, na análise realizada por Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar (2006, p. 87), estava:

[...] superada a época em que o educados originavam-se das classes médias altas ou das elites brasileiras e, portanto, não mais fazia sentido denominá-lo de 'professor'. Melhor naquela conjuntura era considerá-lo nominalmente como 'trabalhador' da educação, o que pressupunha a sua aliança política com os funcionários da escola pública.

Por esses caminhos, as entidades associativistas e sindicais do professorado brasileiro tiveram um peso considerável na criação e no fortalecimento de entidades e procuravam congregar o conjunto da classe, como foi o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dessa forma, os professores se somavam a outras categorias de assalariados na efetivação deste auspicioso objetivo: a criação de uma central sindical, mas, ao mesmo tempo, sinalizavam que estava em curso a perda de um pretensão prestígio social, situação “[...] que seria aprofundada na década de 1990” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 87).

Um exemplo interessante desse esforço organizativo aparece no estudo do professor Erlando da Silva Rêses (2011, p. 248), no qual nos é informado que:

A Confederação dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Ensino (Contee) representa a maioria dos sindicatos dos professores do ensino particular do país, do ensino técnico-administrativo, do ensino infantil ao superior, congregando 68 sindicatos e 6 federações, abrangendo cerca de 500 mil trabalhadores em educação.

Essa disposição de se organizar pode nos ajudar a demonstrar que os trabalhadores em educação almejam tornar-se sujeitos de sua própria história, feita de lutas, conflitos que forjam suas concepções de mundo. Por esses dias, foi se consolidando também a concepção de que as entidades sindicais, com seus métodos de lutas, ações coletivas e realização de congressos, têm um papel decisivo no questionamento das formas de pressão e exploração que são próprias do mundo do capital. Esse esforço fez também com que os movimentos sindicais almejassem a construção de um projeto político que fosse capaz de unificar as lutas e superar toda a estrutura sindical herdada da chamada era Vargas.

Sadi Dal Rosso (2011, p. 23) faz uma leitura global da organização estrutural sindical, compreendendo-a a partir da teoria das relações industriais e concebendo os componentes da ação sindical da seguinte forma:

- a. as condições externas de ordem estrutural (estrutura e conjuntura, crises do capitalismo, composição da força de trabalho) e de ordem política (se as relações de poder entre as classes exprimem uma supremacia absoluta ou uma supremacia condicionadas e os equilíbrios políticos prevalentes são antilabor ou pró-labor);
- b. os atores são basicamente três: o sindicato, os empregadores e o Estado. Na organização e representação sindical, Baglioni destaca o sindicato e sua ação, a representação e a representatividade: as formas de organização territorial e vertical, gestão democrática ou autoritária, centralização e descentralização, sedes de poder e meios financeiros; formas de luta (greves); relações com os movimentos políticos (modelos reivindicativo puro, trade-unionista, correia de transmissão). O autor leva ainda em consideração a representação espontânea, os movimentos coletivos e grupos não organizados. A contrapartida ao sindicato é representada pelos empreendedores e suas organizações nos setores privados e públicos e formas intermediárias. O papel do Estado manifesta-se por meio de intervenções legislativas sobre normas e termos da regulamentação das empresas, as intervenções de política econômica e social sobre as condições gerais do desenvolvimento, taxa de desemprego, o sistema de *welfare* etc.;
- c. Baglioni destaca ainda o que chama de 'métodos' pelos quais toma lugar a regulação das relações industriais, a saber: a contratação coletiva e a regulação por lei;
- d. o esquema inclui ainda o nível em que ocorre a ação política do sindicato-nacional ou regional – a contratação coletiva a nível de empresa ou em âmbito mais geral como categorias das confederações e das centrais sindicais.

Para o autor, esse modelo de organização oferece elementos importantes para uma leitura da questão sindical docente no que diz respeito ao fato de que essa teoria abarca a ideia de que sindicato e conflito são partes de um sistema de assalariamento. Essa noção faz parte do mercado de trabalho e também traz um esquema analítico, no qual esse esquema de estudo proporciona elementos para a leitura da estrutura sindical dos sindicatos dos trabalhadores em educação.

A narrativa até aqui realizada, com o intuito de localizar a atuação dos professores e seu papel histórico na criação e no fortalecimento de associações e organizações sindicais, objetiva fundamentar a importância de estudá-los e compreendê-los de forma mais atenta e profunda, razão pela qual procuramos nos inserir nesse campo de estudos.

#### **4 A GÊNESE DO SINPROSASCO**

A Associação Profissional dos Professores de Osasco nasceu politicamente em 1985. Logo depois, em 13 de novembro de 1986, o Sindicato teve outorgada pelo Ministério do Trabalho a sua Carta Sindical e a denominação de Sindicato dos Professores de Osasco, passando, então, a ser o órgão representativo oficial da Categoria Profissional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino. Integrante do 1º Grupo – do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, na base territorial do município de Osasco –, a instituição obteve o seu Registro de Entidade Sindical em 7 de março de 1990, inclusive para representar a base territorial de Cotia, Carapicuíba e Barueri.

Em 20 de junho de 2001, a instituição teve o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Professores de Osasco e Região (Sinprosasco). A partir de então, essa entidade seria, formalmente, a representante da categoria Profissional dos Professores, Orientadores Educacionais, Supervisores de Ensino de Todos os Níveis Profissionalizantes do Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do Comércio (Sesc), contemplando também todos e quaisquer docentes empregados em empresa privada que desenvolvam atividade de ensino de qualquer natureza, abrangendo em sua base territorial os municípios paulistas de Barueri, Carapicuíba, Cotia e Osasco.

Foi idealizado por um grupo de trabalhadores em educação e colegas de militância política, os professores Marcos Müller, Divalte Garcia, Maria José Favarão (Mazé) Antônio Osmar Orlandini e Rubens Aparecido dos Santos<sup>2</sup>. A professora Mazé, hoje em dia, exerce o mandato de vereadora na cidade de Osasco, São Paulo, mas, no ano de fundação da Associação, em 1985, atuava como professora no Instituto Tecnológico de Osasco (ITO), atualmente Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (Fito), e conciliava seu trabalho na instituição privada com o cargo de professora da Rede Estadual de Ensino; Divalte Garcia lecionava no colégio Leonardo Da Vinci e na Fito. Os professores Marcos Müller e Osmar Orlandini trabalhavam no colégio Nossa Senhora dos Remédios, na cidade de Osasco; por fim, o professor Rubens Aparecido dos Santos (Rubão) atuava como docente no colégio Abdala Lince, também em Osasco.

O atual presidente do Sinprosasco é o professor Onassis da Silva Xavier, que teve seu ingresso na instituição em 1992. Nesse período, o professor Onassis já trabalhava na rede Sesi de ensino, atuando como professor desde março de 1991; desde a sua chegada ao Sinprosasco, tem feito parte das diretorias sequenciais do Sindicato.

Esses personagens uniram-se com a intenção de criar uma Instituição que os representasse como categoria de trabalhadores em educação. Naquele período, eles almejavam mudanças e reorganização na estrutura política, social e educacional, do âmbito brasileiro e também osasquense.

Em entrevista com Maria José Favarão (Mazé), colhemos o seguinte comentário sobre esse momento fundacional da entidade sindical osasquense:

*Então, vamos dizer assim: os fundadores, os primórdios, eu, o Marcos Müller, o Rubão, o Orlandini e também o Divalti, embora o Divalti tenha se colocado uma missão, que era construir o sindicato, depois disso ele falou: 'Agora é com vocês', mas sempre esteve junto. Nós viemos de movimentos outros, em fim de luta contra a ditadura, da década de 70; de uma forma ou de outra, nós havíamos participado, um mais na igreja, outro na universidade, no movimento estudantil [...]. (FAVARÃO, 2016, entrevista).*

Assim surgiu o Sinprosasco, que, desde então, preconiza representar todos os professores do setor privado, das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições

---

<sup>2</sup> Todos os entrevistados citados concordaram, formalmente, em terem os seus nomes próprios divulgados publicamente no presente artigo.

vinculadas ao ensino infantil, fundamental e médio, totalizando centenas de trabalhadores da educação das cidades de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri.

Dentre algumas de suas ações e formas organizativas, estão presentes as assembleias, os congressos e as convenções coletivas, essas últimas acontecem a cada dois anos, com participação dos profissionais de educação infantil, ensino fundamental e médio, curso técnico, superior, profissionalizante e pré-vestibular. Em suma, abrange a categoria econômica dos estabelecimentos particulares de ensino superior no estado de São Paulo e a categoria profissional designada como professor com fins de reivindicar as principais questões trabalhistas, como salário, condições de trabalho e plano de carreira.

## **5 SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

O processo político institucionalizado vigente no estado de São Paulo, nos anos primeiros anos da década de 1980, e a vitória eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), rompendo com os governos e os parlamentares biônicos impostos à sociedade, animou os opositores ao regime militar a dar continuidade à luta pelo processo de abertura política. Esse caminho também fez com que novas experiências fossem construídas entre o Estado e as entidades representativas dos que vivem do próprio trabalho no mundo educacional. Nesse sentido, procurar estudar como agiram alguns dos personagens durante esse processo histórico, tais como os professores, possibilita-nos a retomada dos embates vivenciados nesse período histórico do país, marcado pela transição política para a democracia e por uma conjuntura econômica de inflação elevada, na qual “[...]o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes, reocupando o espaço político que havia sido reduzido pelos militares” (CARDOSO, 2002, p. 36).

Na esfera federal, esse quadro é ressaltado e ampliado ainda mais ao longo do governo de José Sarney (1985-1989). De fato, esse controverso governante enfrentou um elevado número de mobilizações trabalhistas, sendo, dessa forma, os anos 1980 o palco das consolidações dos movimentos grevistas que vinham sendo registradas desde o final dos anos 1970, mormente pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista, “[...] ponta de lança dos trabalhadores no cenário político nacional na luta pela democracia” (CARDOSO, 2002, p. 36).

O movimento sindical foi se consolidando e preconizou mais de 6.500 greves, não somente na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também como agente no processo de transição democrática ao qual o país dava curso. Entretanto, é importante lembrar que esse número expressivo de greves foi registrado, principalmente, no setor da educação e também da saúde pública. A respeito disso, Eduardo Noronha (1991, p. 99) nos diz que houve o avanço da organização docente no país e que essa característica deve ser entendida, dentre outras formas, pelas transições políticas vivenciadas pelo país e não “[...] exclusivamente como resultado do aumento de tolerância às greves”.

O período também preconizou a consolidação das centrais sindicais, aumento das taxas de sindicalização e uma grande crescente dos setores médios assalariados, porém, ainda assim, o sindicalismo manteve dificuldades na organização de enraizamento dentro das empresas, causando experiências que se tornavam dispersas e muito pontuais. Contudo, mesmo com as dificuldades que apresentavam as mobilizações, ainda assim foram de suma importância para amenizar os impactos degenerativos da inflação na vida dos trabalhadores, mas, por não conseguirem a devida generalização entre as categorias, “[...] não alcançaram redução efetiva das desigualdades sociais” (CARDOSO, 2002, p. 37).

Em outubro de 1983, em massivo e concorrido congresso realizado em São Bernardo do Campo (SP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada. Rapidamente a CUT viria a se constituir numa das mais importantes centrais sindicais independentes de nossa história, realizando greves gerais contra a ditadura militar e estando na linha de frente na campanha por eleições diretas para presidente da república e também pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que em 1988 promulgaria a nova carta constitucional para o Brasil. Esse momento foi configurado por uma conjuntura de lutas dos trabalhadores, retomada das entidades e movimento estudantil intenso, com a presença de movimentos sociais urbanos em defesa de diversos direitos, movimentos de negros, mulheres, homossexuais, saúde, moradia, movimentos rurais, etc.

Marcos Müller, um dos fundadores do Sinproasco, conta-nos um pouco sobre a participação da entidade nesse período histórico, embora, por razões políticas, observando que:

*[...] o nosso sindicato se desfilhou da CUT, mas na época não dá para negar que a CUT era quem puxava a luta. Então, você tem questões gerais, não é, de condições de trabalho, de jornada de trabalho, coisas até que acabaram refletindo na constituição de 88, eu*

*mesmo tive uma participação pelo Sinpro, até de ônibus cheguei a ir para Brasília, para pressionar, lutar, pressionar senadores [...]*. (MÜLLER, 2015, entrevista).

O sindicato participou efetivamente das lutas pela democratização do país e, mesmo em sua fase embrionária e associativista, por exemplo, incentivando a campanha pelas Diretas Já. Assim, a instituição nascia como um espaço de organização e divulgação das lutas políticas e sociais, desempenhando um importante papel na história dos movimentos políticos e sociais dos trabalhadores em educação de Osasco e cidades próximas.

A professora Mazé, dirigente sindical do Sinprosasco nesse período, lembra que:

*Houve um papel importante de divulgação das lutas gerais, de divulgação das atividades coletivas do movimento sindical, de debates em face das disputas eleitorais, está certo. Nós promovemos debates entre candidatos, nós levávamos, na época da Assembleia Constituinte, em 1988, os candidatos e os deputados aqui de Osasco, o deputado de Osasco era Francisco Rossi, nós levamos as reivindicações da categoria para ele, isso tudo a partir da ação da própria Federação. Então, na Federação e no Sindicato de Osasco, nós tivemos, sim, no mínimo esse papel difusor; no mínimo, está certo, nós participávamos de tudo*. (FAVARÃO, 2016, entrevista).

Os movimentos ocorridos na década de 1980 se consagraram em questões como a defesa da liberdade de organização sindical; no Sinprosasco, a autonomia foi colocada em prática por criação de estruturas sindicais horizontais, plenárias, coletivas e baseadas nas formas democráticas de federações. Nesse momento histórico, os representantes do novo sindicalismo defendiam uma nova forma organizativa, que privilegiasse uma administração mais participativa e com mais autonomia para os trabalhadores se organizarem de forma a pensarem um modelo mais democrático e participativo (MOLINA, 2003).

## **6 DO SINDICALISMO E SUAS FORMAS ORGANIZATIVAS**

A fim de compreendermos os acontecimentos associativistas e sindicais que mobilizaram a classe de trabalhadores em educação, buscamos estudiosos que, com seus esforços, dedicam-se há muitos anos na compreensão dos mesmos. Esse é o caso da obra *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*, na qual os autores nos trazem um rico panorama das urgências de formas de organização associativistas e sindicais, observando ainda que a “[...] política



educacional do regime militar abrange, ao longo de seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 14).

Entre outras coisas, os episódios que são narrados e analisados no livro de Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar também nos motivam a refletir sobre como o sistema educacional foi atingido pelos modelos políticos e econômicos, então estabelecidos pelos governos militares. Mas, do ponto de vista dos nossos interesses acadêmicos, é importante reconhecer que tais mudanças trouxeram consequências que depreciaram o exercício do magistério, empurrando um sem-número de professores, tanto das instituições públicas quanto das privadas, para o caminho da sindicalização, procurando encontrar saídas para “[...] a crise econômica que os estrangulava” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 42).

Em que pese a reconhecer a legitimidade dessas afirmações, também é importante sinalizar que as afirmações são bastante polêmicas, na medida em que vários estudiosos afirmam exatamente o contrário no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas experimentadas nesse período histórico do capitalismo.

Polêmicas à parte, com episódios como a crise do petróleo e a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em meados da década de 1970, bem como com a mudança nos paradigmas energéticos, o avanço na robótica, nos micros processadores e nos sistemas eletrônicos comunicacionais, assistimos àquilo que se convencionou chamar de superprodução na sociedade capitalista. Esse processo trouxe a perversa mundialização do capital com claras manifestações em sua estrutura produtiva, no saturamento dos mercados e, por conseguinte, na divisão social e internacional do trabalho. Esse processo, dito de reestruturação produtiva, também foi acompanhado de enormes transformações nas atividades que eram próprias do capital financeiro e improdutivo dos países centrais e periféricos do capitalismo.

No Brasil, essas transformações afetaram direta e drasticamente as formas de organização e ações da classe trabalhadora, como foi o caso das inúmeras lutas de resistência contra a maximização dos lucros, ampliação das taxas de mais-valia, com a consequente redução dos direitos sociais e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Não bastasse isso, o chamado ideário liberal também colocou na ordem do dia uma prática política e econômica privatizante, que obrigou os setores organizados dos movimentos sociais e populares a se levantar contra essas iniciativas, exigindo-lhe grande esforço mobilizatório no afã de detê-las.

Encontramos manifestações sindicais docentes tanto vinculadas às redes públicas de ensino como também vinculadas às instituições privadas, inclusive inserindo-se algumas de suas organizações no que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, porém com características diferenciadas do sindicalismo operário, presentes em nossa história desde os primórdios do século XX.

O sindicalismo praticado pelos professores, embora guarde algumas similitudes com aqueles que são próprios do movimento operário, obviamente tem suas características próprias. No que se refere às formas de se mobilizar e de reivindicar, também são distintas suas ações e o relacionamento com o Estado; existem tensões e conflitos envolvendo os mantenedores das escolas privadas e os sindicatos que os representam, mas eles são velados.

*Então, veja, não era diferente do que a gente está vivenciando atualmente. Vamos estabelecer a repressão que existia nas escolas; não era uma repressão tão marcada como sendo uma repressão política, partidária, não é isso. Digamos assim, era um controle, você tem um emprego, bom então é nas condições que eu dou, são essas as condições que eu estou dando, não é o piso, não é o salário mínimo, não é o registro, não são os direitos, porque é isso, ou é isso ou você não será empregado. E isso não é uma questão menor, como não é hoje ainda, não é uma questão menor para o aspecto organizacional [...]. (FAVARÃO, 2016, entrevista).*

Retomando nossas discussões, é importante observar que já faz algum tempo que a forma de organização associativa e sindical do professorado tem contribuído com a ampliação e o fortalecimento do movimento sindical brasileiro, todavia é importante reconhecer que “[...] o novo sindicalismo brasileiro, na verdade, nasceu das entranhas do sindicalismo corporativo. Isso explica, sem dúvida, o alto grau de continuidade dessa estrutura, apesar do ímpeto reformador das novas lideranças” (CARDOSO, 2002, p. 26).

Todas essas discussões que dizem respeito ao chamado novo sindicalismo estão integradas ao período que estabelecemos para estudar o Sinproasco e seus desdobramentos no cotidiano dessa organização. O novo sindicalismo, como sabemos, utilizou-se da tática de se enveredar pelas entranhas das organizações sindicais corporativas e tradicionais e, a partir daí, construir uma nova estrutura, a qual fosse gradativamente se desentrelaçando das amarras estatais, capaz de romper com os limites geográficos, determinação do estabelecimento de hierarquias e quadros divergentes, bem como que se pautasse pela liberdade e autonomia sindical. No que se refere ao Sinproasco, esses objetivos não seriam tão facilmente alcançados.

*Nós tentamos fugir um pouco disso, nós criamos um colegiado, mas veja: alguém tem que assinar o cheque, alguém tem que responder a um processo, alguém tem. Então, nós tínhamos um comportamento colegiado, mas a estrutura era a estrutura que nos permitia ser reconhecidos. Então, presidente, tesoureiro, tem o secretário, primeiro tesoureiro, primeiro secretário. Nós fazíamos a comissão de comunicação, grupo de comunicação, grupo jurídico, o grupo de finanças, como é que a gente vai trabalhar as questões das finanças; a questão que nós discutíamos; o não recebimento do imposto sindical na época, chegávamos a devolver para o associado, contribuição confederativa está certo, porque, cutista que éramos, defendíamos escapar da estrutura, como uma reforma política, certo, você pode ser o melhor partido do mundo, você pode ser a melhor pessoa do mundo, tem uma estrutura, tem um sistema e para sua sobrevivência você passa a sobreviver daquele sistema, mantendo a sua identidade. (FAVARÃO, 2016, entrevista).*

Em meados da década de 1980, quando o Sinproscasco estava sendo fundado, o Brasil passava por um processo de significativas mudanças, políticas, econômicas e sociais. No que diz respeito aos movimentos sociais, urbanos e rurais, como também àqueles relacionados aos trabalhadores dos chamados setores médios, como é o caso dos médicos, jornalistas, professores, bancários, funcionários públicos e outras categorias profissionais, também se verificou uma formidável efervescência mobilizatória, criando, com isso, condições objetivas para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que haveria de aglutinar e orientar politicamente as ações dos adeptos do novo sindicalismo:

*[...] nascido no interior da estrutura sindical daquele período (do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era, por exemplo) e o movimento das oposições sindicais (de quem foram exemplos o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo – MOMSP – e oposição Metalúrgica de Campinas) que atuavam fora da estrutura oficial sindical. (ANTUNES, 2007, p. 293).*

As formas organizativas alcançadas pelo sindicalismo brasileiro nesse período também repercutiram intensamente no cenário político do país, no qual se notabilizou o Partido dos Trabalhadores (PT), o que sinalizava certo fortalecimento da classe trabalhadora e de suas instituições sindicais e política. Nesse período, inclusive, registraram-se muitas greves como formas de se difundir amplamente as reivindicações e os interesses das categorias mobilizadas. De fato, “[...] durante cada greve cresce e desenvolve nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para a luta contra ele pelos direitos do povo” (ANTUNES, 1980, p. 40).

A realização de greves pelos trabalhadores da educação tem motivações e significados políticos e sociais que guardam suas particularidades, traduzem interesses muito específicos e

corporativos, mas, muitas vezes, extrapolam essas reivindicações e alcançam questões mais gerais e políticas da vida social.

Nas palavras de Ricardo Antunes (1980, p. 40), “Marx, Engels e Lênin sempre enfatizaram a importância da luta econômica como ponto de partida para despertá-lo da consciência da classe operária e a necessidade de transformá-la em uma luta política”.

Pelos menos desde a década de 1970, em comparação com outras categorias, as greves perpetradas pelos professores que atuam nas instituições públicas têm sido rotineiras, muito longas e mesmo marcadas pela violência estatal e repressão policial contra os grevistas. Alguns fatores contribuem para tal tipo de ocorrência, entre os quais podemos destacar o grande número de afiliados conscientes e politicamente engajados às associações e sindicatos que representam esses professores. Dessa forma, as greves dos professores públicos têm sido desde então constantes, abrangentes, manifestando ainda uma significativa adesão. Para alguns autores:

O comportamento social que caracteriza os movimentos grevistas da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, no final da década de 1970, era do tipo que já engendrava uma *‘consciência da solidariedade de interesses gestada entre todos os membros do grupo social’*, e que questionava, ainda que do ponto de vista econômico, as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro. (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 72, grifos dos autores).

No Brasil, uma das peculiaridades das ações realizadas pelas entidades sindicais que representam os professores que atuam nas escolas públicas diz respeito às realizações de greves. Essas ações grevistas procuram traduzir não apenas a capacidade organizativa dos movimentos dos professores na afirmação dos seus direitos econômicos e sociais, mas também demarcam claramente sua presença no mundo do trabalho, igualando-os pela condição de assalariados ao conjunto da classe trabalhadora. Além do que, na análise realizada por Ferreira Junior e Bittar (2006, p. 87), estava:

[...] superada a época em que o educados originavam-se das classes médias altas ou das elites brasileiras e, portanto, não mais fazia sentido denominá-lo de ‘professor’. Melhor naquela conjuntura era considerá-lo nominalmente como ‘trabalhador’ da educação, o que pressupunha a sua aliança política com os funcionários da escola pública.

Por esses caminhos, as entidades associativistas e sindicais do professorado brasileiro tiveram um peso considerável na criação e no fortalecimento de entidades e procuravam congregar o conjunto da classe, como foi o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dessa

forma, os professores se somavam a outras categorias de assalariados na efetivação deste auspicioso objetivo: a criação de uma central sindical, mas, ao mesmo tempo, sinalizavam que estava em curso a perda de um pretensão prestígio social, situação “[...] que seria aprofundada na década de 1990” (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2006, p. 87).

Um exemplo interessante desse esforço organizativo aparece no estudo do professor Erlando da Silva Rêses (2011, p. 248), no qual nos é informado que:

A Confederação dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Ensino (Contee) representa a maioria dos sindicatos dos professores do ensino particular do país, do ensino técnico-administrativo, do ensino infantil ao superior, congregando 68 sindicatos e 6 federações, abrangendo cerca de 500 mil trabalhadores em educação.

Essa disposição de se organizar pode nos ajudar a demonstrar que os trabalhadores em educação almejam tornarem-se sujeitos de sua própria história, feita de lutas, conflitos que forjam suas concepções de mundo. Por esses dias, foi se consolidando também a concepção de que as entidades sindicais, com seus métodos de lutas, ações coletivas e realização de congressos, têm um papel decisivo no questionamento das formas de pressão e exploração que são próprias do mundo do capital. Esse esforço fez também com que os movimentos sindicais almejassem a construção de um projeto político que fosse capaz de unificar as lutas e superar toda a estrutura sindical herdada da chamada era Vargas.

A narrativa até aqui realizada, com o intuito de localizar a atuação dos professores e seu papel histórico na criação e no fortalecimento de associações e organizações sindicais, objetiva fundamentar a importância de estudá-los e compreendê-los de forma mais atenta e profunda, razão pela qual procuramos nos inserir nesse campo de estudos.

Também é importante dizer que o período o qual escolhemos para estudar marcou profundamente a sociedade brasileira, no que concerne à difícil superação do Estado autoritário e ao processo de transição conservadora experimentados naqueles tumultuados dias.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Sinproscasco surgiu em meio a esse turbilhão de embates e tensões sociais, preconizando representar os trabalhadores em educação das instituições de ensino privadas

dessa importante região do estado de São Paulo. Abrangendo desde o ensino infantil ao universitário, atuando por meio de diferentes formas de ações presentes no movimento sindical, destacando-se, entre seus atos políticos e formas de organização sindical, as assembleias, as convenções, os acordos coletivos e os congressos em prol da defesa dos direitos da categoria; mas também a sua mediação com os setores privados e confessionais presentes na contemporaneidade educacional brasileira.

O movimento sindical docente se expressa e evolui significativamente a partir de 1980, redefinindo sua identidade coletiva, fato que podemos identificar observando as formas de organização e de luta que têm sido engendradas pelos que vivem do trabalho no mundo educacional.

Eder Sader (1988, p. 55) pode nos ajudar a redefinir a identidade dos trabalhadores em educação enquanto interagem e operam as suas reflexões na construção histórica de suas experiências coletivas, por constituírem “[...] uma pluralidade de sujeitos cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos”. Dessa forma compreendem-se os conflitos e os processos de transformações e a maneira em que os acontecimentos passam a constituir experiências sociais significativas e se estabelecem em fatores determinantes para analisarmos os processos de modificações que estão em curso na sociedade.

Nesse período, também começavam a despontar tendências econômicas, políticas e ideológicas que se voltavam para a produtividade e para uma nova organização emergida pela urgência do capital, ávido em renovar os valores do liberalismo e exercer sua hegemonia de classe.

As entidades representativas dos que vivem do próprio trabalho, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, não poderiam ficar desatentas às consequências da nova ordem econômica social que se colocava em marcha a partir da década 1980, seriam tempos conservadores que haveriam de impor ao sindicalismo docente formas de atuação renovadas e massivas. Evidentemente, o Sinproasco, como organismo vivo e representativo da categoria, não poderia ficar alheio a esses processos, por isso procurava povoá-los de consciência política e de direitos laborais, revigorando-se social e arduamente, buscando permanentemente melhorias para o exercício da profissão docente dos seus representados.

## 8 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. M.; FERREIRA JUNIOR, A. As pesquisas sobre o associativismo docente: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? In: BAUER, C. et al. (Org.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*. Jundiá: Paco, 2015. p. 77-89.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez; Unicamp, 1995.
- ANTUNES, R. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).
- ANTUNES, R. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J. R. (Org.). *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?* Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288-306.
- BAUER, C.; DINIZ, C.; PAULISTA, M. I. (Org.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*. Jundiá: Paco, 2013.
- CARDOSO, A. M. O sindicalismo no Brasil: breve excuroso sobre mudanças e permanências. In: HOFMEISTER, W. (Org.). *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2002. p. 11-34.
- DAL ROSSO, S. *Contribuições para o estudo do sindicalismo em educação no Brasil*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011.
- DAL ROSSO, S. et al. Associativismo e sindicalismo em educação: organizações e lutas. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 18, p. 195-197, 2011.
- DAL ROSSO, S.; LÚCIO, M. L. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, v. 14, n. 33, p. 115-125, 2004.
- DAL ROSSO, S.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. Condições de emergência do sindicalismo docente. *Pro-posições*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-113, 2011.
- FAVARÃO, M. J. *Entrevista*. Janeiro de 2016.
- FERREIRA JUNIOR, A. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. 303 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Terras do Sonhar: Pulsar, 2006.

GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos*. Brasília, DF: Biblioteca "Sindicalismo em Educação", 2013. v. 2.

MATTOS, M. B. *Escravidos e livres: experiências comuns na classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MIRANDA, K. A. *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. 2011. 400 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MOLINA, H. *Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: uma análise da política nacional de formação da CUT*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

MÜLLER, M. *Entrevista cedida pelo Sinprosasco*. Osasco, 2015.

NORONHA, E. A explosão das greves da década de 80. In: BOITO JÚNIOR, A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-136.

PEREIRA, M. C. C. Judicialização de conflitos coletivos na esfera sindical: o caso do Andes Sindicato Nacional. In: PEREIRA, C.; CRISTINA, M.; DEL ROSSO, S. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organizações e lutas*. Brasília, DF: Biblioteca "Sindicalismo em Educação": Paralelo 15, 2011. v. 1.

RÊSES, E. S. Contribuição sócio histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro. In: PEREIRA, C.; CRISTINA, M.; DEL ROSSO, S. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organizações e lutas*. Brasília, DF: Biblioteca "Sindicalismo em Educação": Paralelo 15, 2011. v. 1.

RÊSES, E. S. *Sindicalismo docente da educação básica no Brasil: história, memória coletiva e construção de interfaces*. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA ALAS, 29., Chile, 2013. *Anais...* Chile: Cedefes, 2013.

RIBEIRO, M. L. S. *A formação política do professor no exercício profissional durante os 70: organização e liderança*. 1983. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1983.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Recebido em 21 de julho de 2016.

Aceito em 10 de setembro de 2016.